



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA BEATRIZ FREITAS DOS SANTOS

**ASSISTENTES SOCIAIS E CONTEMPORANEIDADE:
MUDANÇAS NO TRABALHO, FORMAÇÃO E PERFIL
PROFISSIONAL**

SALVADOR
2021

FERNANDA BEATRIZ FREITAS DOS SANTOS

**ASSISTENTES SOCIAIS E CONTEMPORANEIDADE:
MUDANÇAS NO TRABALHO, FORMAÇÃO E PERFIL
PROFISSIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profa. Josimara Delgado

SALVADOR
2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

FERNANDA BEATRIZ FREITAS DOS SANTOS

**ASSISTENTES SOCIAIS E CONTEMPORANEIDADE:
MUDANÇAS NO TRABALHO, FORMAÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profa. Josimara Delgado

Aprovado dia: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Josimara Delgado – Orientadora
Doutora em Serviço Social
Membro Interno da Universidade Federal da Bahia

Profa. Márcia Tavares - Examinadora
Doutora em Serviço Social
Membro Interno da Universidade Federal da Bahia

Viviane Coelho Brito - Examinadora
Assistente Social
Membro Externo

**SALVADOR
2021**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Kátia Freitas, quem nunca me deixou desistir. Eu demorei, até recusei, mas aceitei e entendi o meu propósito. Sem ela, nada disso seria possível. Foi por ela, e, sempre será assim. A conclusão dessa graduação é nossa!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela minha vida e por permitir que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os anos de estudos. Até aqui, o caminho não foi fácil, mas eu consegui!

Aos professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia que forneceram todas as bases necessárias para a minha formação, agradeço com profunda admiração pelo vosso profissionalismo.

Em especial, agradeço a minha orientadora, Profa. Josimara Delgado, por todo suporte e apoio durante a realização deste trabalho, sempre muito atenciosa e empática, me proporcionou uma escrita leve e me impulsionou a cada dia.

A Viviane Coelho, minha querida supervisora de estágio, quem ressignificou o Serviço Social na minha vida e foi peça essencial para o meu processo de formação e entendimento enquanto Assistente Social. Levo comigo esse exemplo de profissional, a qual quero me tornar.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Sem eles, nada seria.

A todos os familiares e amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a graduação.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha caminhada, o meu muito obrigada.

*“Não fui eu que ordenei a você?
Seja forte e corajosa!
Não se apavore nem desanime,
pois o Senhor, o seu Deus,
estará com você por onde você andar”.*

Josué 1:9

RESUMO

A presente pesquisa traz uma análise sobre as recentes modificações no mundo do trabalho e as repercussões no trabalho profissional de assistentes sociais. Objetiva identificar alguns aspectos relevantes acerca das implicações desta realidade na classe trabalhadora de modo geral e, particularmente, identificar as principais implicações para o trabalho profissional de assistentes sociais na condição de assalariamento pertencente à classe trabalhadora. Objetiva ainda discutir como se dá a formação profissional em Serviço Social nos dias atuais, trazendo uma articulação entre os temas das modificações do mundo do trabalho e o processo de mercantilização da educação. Trata-se de uma pesquisa exploratória, a partir do levantamento de fontes bibliográficas, a fim de discutir sobretudo o contexto histórico da crise estrutural do capital, e dos contextos sociais, políticos, educacionais e econômicos em que a profissão está inserida. Consta ainda, com um mapeamento aproximado do perfil profissional das assistentes sociais na contemporaneidade, a partir da análise de estudos realizados entre os anos de 2005 e 2017. Ressalta-se, dessa forma, que através desta pesquisa, será possível visualizar a dimensão dos principais desafios e possibilidades encontrados pelos assistentes sociais na atualidade. A relevância deste trabalho está pautada nos impactos do contexto atual da precarização do trabalho, além da produção de conhecimento, reflexão e compreensão, necessários ao fazer profissional.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. Trabalho Profissional. Serviço Social.

ABSTRACT

This research presents an analysis of the recent changes in the world of work and the repercussions on the professional work of social workers. It aims to identify some relevant aspects about the implications of this reality for the working class in general and, particularly, to identify the main implications for the professional work of social workers in the condition of salaried workers belonging to the working class. It also aims to discuss how professional training in Social Work takes place nowadays, bringing together the themes of changes in the world of work and the process of commercialization of education. This is an exploratory research, based on a survey of bibliographical sources, in order to discuss above all the historical context of the structural crisis of capital, and the social, political, educational and economic contexts in which the profession is inserted. There is also an approximate mapping of the professional profile of social workers in contemporary times, based on the analysis of studies carried out between 2005 and 2017. It is noteworthy, therefore, that through this research, it will be possible to visualize the dimension of the main challenges and possibilities found by social workers today. The relevance of this work is based on the impacts of the current context of precarious work, in addition to the production of knowledge, reflection and understanding, necessary for professional practice.

Keywords: World of work. Professional work. Social service.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos estudos da amostra	35
---	----

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BM	Banco Mundial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MLP	Modelo Liberal Periférico
PT	Partido dos Trabalhadores
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PROUNI	Programa Universidade para Todos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CRISE CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL SOB O NEOLIBERALISMO	15
2.1	MUDANÇAS SOCIAIS E NO MUNDO DO TRABALHO: IMPACTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL	23
2.2	FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE	28
3	MAPEANDO A REALIDADE SOBRE O PERFIL PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	34
3.1	GÊNERO E RAÇA	35
3.2	FAIXA ETÁRIA	39
3.3	RELIGIÃO	39
3.4	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	40
3.5	TRABALHO PROFISSIONAL	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo confere centralidade a uma questão que tem se tornado cada vez mais importante para a profissão do Serviço Social nas últimas décadas: a compreensão e a análise das mudanças no grupo social que compõe o contingente de profissionais da área em sua relação com as transformações na própria realidade do capitalismo na atualidade.

A escolha do tema surgiu a partir da minha própria trajetória enquanto estudante, mulher, negra, jovem, pertencente à dinâmica capitalista e aos dilemas da sociedade contemporânea. O fato de cursar duas graduações concomitantemente, em espaços educacionais diferentes, isto é, em instituições tanto pública como privada, me pôs no bojo de duas realidades, que são completamente opostas e que carregam consigo aspectos e desafios bem particulares.

Este movimento de dualidade, por sua vez, me fazia observar como o Serviço Social era compreendido. Em todos os espaços que ocupei, seja nos ambientes sócio-ocupacionais onde realizei estágios supervisionados, seja nas salas de aula, de acordo com a visão dos meus colegas de cursos, a profissão assumia diversas categorizações ou até mesmo se configurava como indefinida quanto ao seu objeto de trabalho e demandas profissionais.

A partir deste confronto, inicialmente, a proposta do meu projeto de pesquisa objetivava analisar a imagem social da profissão, a partir da ótica de estudantes de outros cursos da área da saúde, especificamente, a fim de entender como o Serviço Social é enxergado pelos próprios profissionais que, no exercício profissional, se tornam seus colegas de trabalho.

A metodologia se construiria a partir da realização de questionários e posterior categorização dos resultados encontrados para análise e formulação de hipóteses. Entretanto, em função da falta de tempo para realizar essas entrevistas, o trabalho foi reconfigurado, passando para uma análise do interior da profissão para o exterior. Posto isso, cabe dizer que essa nova configuração do trabalho me confrontou com a dificuldade de recomeçar o estudo em outra direção com tão pouco tempo e ainda enfrentando alguns dos problemas também presentes na proposta anterior, ou seja, a pouca bibliografia sobre o tema e a ausência de dados oficiais sobre o contingente profissional na atualidade.

Nesse sentido, a escolha metodológica para desenvolver a monografia foi abordar o tema com base apenas em estudos e fontes bibliográficas, partindo do geral

para o particular. Assim, a questão central do estudo, qual seja, a compreensão e a análise das mudanças no grupo social que compõe o contingente de profissionais, foi tratada por aproximações sucessivas, iniciando-se com uma abordagem mais abstrata sobre a profissão, que se ancora no debate sobre como a crise capitalista altera as feições da questão social que é a matéria-prima do trabalho profissional (IAMAMOTO, 1998). Aproximando-se mais concretamente da questão de estudo, foi necessário estudar como as transformações no mundo do trabalho e na educação nesse contexto de crise alteraram o modo como a categoria passou a reproduzir seus quadros, bem como foi impactada pela precarização.

A problemática que dá concretude à perspectiva de análise é, portanto, as implicações trazidas pelas profundas modificações no mundo do trabalho e, mais precisamente, para o Serviço Social, pois, de acordo com Ceolin (2014), o trabalho das assistentes sociais é atingido pelas recentes transformações no mundo do trabalho, e, diante disso, a autonomia e as estratégias dessas trabalhadoras têm sido comprometidas. Do mesmo modo, um outro elemento concreto desse debate é a profunda mudança nos processos formativos da categoria que passam a se modificar e se diferenciar, com o crescimento da rede privada de formação e do ensino à distância.

Assim, um último momento de aproximação em relação ao objeto foi o levantamento bibliográfico em algumas bases de dados, sobre textos que pudessem oferecer informações sobre a realidade das assistentes sociais contemporâneas. Aqui, em função do pouco material existente, a tentativa foi de compilar alguns registros feitos por outros autores em outros momentos, comparando-os e debruçando-se nas principais questões para as quais o material aponta.

O momento da conclusão de uma graduação traz à tona inúmeros sentimentos. Além da plena felicidade pela aprovação e finalização de um ciclo, surgem, inerentes a este processo, questionamentos e preocupações acerca do que o estudante recém-formado encontrará durante o exercício da profissão. Dessa forma, eu, que me enquadrarei em pouco tempo na figura de uma profissional recém-formada, tenho este trabalho como, além de recurso necessário para a obtenção de título de Assistente Social, uma realização pessoal, pois o perfil profissional, como já foi dito, sempre foi um objeto de estudo que me chamou a atenção.

A relevância científica desta pesquisa está na ausência de um estudo atual que tenha o objetivo de caracterizar as assistentes sociais. Já a relevância social está no

conhecimento, reflexão e compreensão do perfil das profissionais inseridas no mercado de trabalho, atualmente. Este trabalho, portanto, surge da inquietação de uma graduanda em conhecer o contexto em que vislumbrará o mundo do trabalho, proporcionando também um mergulho em autoconhecimento e reconhecimento profissional

Para que o estudo seja possível, será feito um levantamento bibliográfico acerca da crise capitalista e questão social sob o neoliberalismo, proporcionando um regaste da linha do tempo de como se sucedeu a crise, até os dias atuais; partindo para a análise do trabalho e formação profissional do Serviço Social em tempos de crise, a fim de recair, finalmente, na exposição de dados e questões que permitam inferir tendências/eixos de mudanças no perfil profissional da Assistente Social na contemporaneidade.

2 CRISE CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL SOB O NEOLIBERALISMO

Antes da grande crise do capital se consolidar, em 1929, os Estados Unidos possuíam o título de maior potência mundial. Baixas taxas de desemprego, rápido crescimento industrial e intenso investimento no mercado financeiro eram características do cenário que facilmente passava uma sensação de prosperidade. Entretanto, tal elemento pode ser transcrito como “uma falsa sensação de prosperidade”, pois tal sentimento estava ancorado em bases frágeis.

Apesar de haver uma superprodução, na mesma proporção, os salários dos trabalhadores não aumentaram, o que ocasionou na não absorção da grande quantidade de mercadoria produzida e na quebra das empresas. Dessa forma, como grande parte da população investiu desenfreadamente em ações de empresas americanas na bolsa de valores, em vistas de uma possível crise, decidiram colocá-las a venda, fazendo os preços despencarem e resultando na quebra da economia americana.

Este momento, também conhecido como a Grande Depressão, afetou não só os Estados Unidos, como também vários países do mundo. A quebra da bolsa americana ocasionou o fechamento de milhares de empresas, a demissão em massa e o baixo poder de consumo da população. A economia entrou em colapso.

A partir disso, se circunscreve uma forte crise de legitimidade do capitalismo. O liberalismo econômico, que anteriormente regia o mundo capitalista, fundando-se principalmente na procura do interesse próprio pelos indivíduos e na condução destes pela mão invisível do mercado (BEHRING, 2009) e na intervenção mínima do Estado, aparece como uma grande desconfiança, abrindo espaço para a reestruturação das práticas capitalistas.

Tomando como ponto de partida agora o pós Segunda Guerra Mundial e a crise de 29, sabe-se que este foram momentos em que os países capitalistas desenvolvidos sofreram profundas transformações. Nessa época, a tendência era a adoção do keynesianismo, que de modo contrário ao liberalismo, confere poder ao Estado para intervir em momentos de crise, reestabelecendo o equilíbrio econômico. Aliado a ele, há também a adoção do modelo de produção fordista, que diz respeito à “produção em massa para o consumo de massa e acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho” (BEHRING, 2009, p. 9).

Isto é, tais mudanças deram origem ao Estado de bem-estar social (*Welfare State*) que defende o intervencionismo do Estado, a regulação das relações comerciais e de trabalho com a criação de leis trabalhistas e a garantia do pleno emprego e o Estado como provedor de direitos sociais, com a adoção das políticas sociais. A esta passagem de tempo dá-se o nome de anos de ouro do capital.

Entretanto, sabendo que a história do capitalismo é repleta de sucessivas crises, a partir dos anos 60, “depois do sistema global do capital vivenciar a era dos ciclos e das chamadas ondas longas de prosperidade adentra uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada pela continuidade de efeitos depressivos” (SILVA, 2018, p. 8), onde ocorrem a ruptura das políticas keynesianas, do desenvolvimento fordista e a adoção do neoliberalismo, que dá uma nova roupagem ao antigo liberalismo, o que “impulsiona a burguesia a buscar novas possibilidades e alternativas de acumulação” (FERREIRA, 2018, p. 447).

Deve-se salientar que a crise é, antes de tudo, uma crise do capital. Para Behring (2009), nas teses neoliberais, a crise foi apresentada como um resultado do keynesianismo e do *Welfare State*. Isto é, está relacionada com o poder excessivo dos sindicatos, com a pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação. Nesse sentido, para resolver esta queda da sua taxa de lucros, pensou-se em uma redefinição do papel do Estado dentro da lógica capitalista, operando a partir de uma reestruturação produtiva de acumulação flexível e de uma financeirização do capital, implementando assim as políticas neoliberais.

Nessa perspectiva, segundo Tonet (2009, apud Ferreira, 2018, p. 445):

as atividades espirituais como a ciência, os valores, a filosofia, a educação, as relações sociais, comportamentos, toda a vida pessoal e familiar são afetadas pela crise nos fundamentos materiais dessa sociedade. O que se coloca de forma primordial é a crescente mercantilização de todos os atos, relações e atividades humanas (Tonet, 2009, apud Ferreira, 2018, p. 445).

A adoção do neoliberalismo, portanto, como uma resposta para a crise, traz flexibilidade para os processos de trabalho. Ou seja, caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção novos, desregulamentação e precarização do trabalho e das relações de trabalho, desemprego estrutural, contratações temporárias e a “retirada das coberturas sociais públicas e o corte nos direitos sociais num processo de “ajuste” que visa diminuir o ônus do capital no esquema geral da reprodução da força de trabalho” (FELIPE; QUEIROZ, 2015, p. 274). Pois, conforme afirma Silva (2018), a

solução da crise econômica é socializar as perdas do capital sobre a classe trabalhadora como um todo.

Trazendo o debate para a realidade nacional, entende-se que no Brasil tem-se uma “espécie de chegada tardia do neoliberalismo” (BEHRING, 2009) porque, pode-se dizer que, de acordo com Bambirra (2015 apud COSTA, 2017, p. 79) o capitalismo da América Latina se desenvolve a partir do período de evolução e expansão do capitalismo mundial. Sendo assim, foi apenas durante a década de 1990, que o período de emergência do neoliberalismo aconteceu no país, com o aprofundamento do processo de globalização do capital, trazendo mudanças tanto societárias, políticas e econômicas quanto culturais e para o mundo do trabalho.

O cenário político da época é ambientado pela posse do presidente Fernando Collor de Melo, que incorpora práticas genuinamente neoliberais em seu mandato, reverberando o novo ideário político e econômico. Dentre as suas propostas, destacam-se:

a desregulamentação da economia, que visava à abolição da regulação do Estado, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação capital-trabalho, perspectivando a plena liberdade dos mercados; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí as propostas de privatização das empresas estatais e de “Estado mínimo”, esta última direcionada no sentido da compreensão da esfera estatal respaldada num compromisso que se pautava na implementação de apenas algumas funções elementares, a exemplo da educação básica e da saúde pública, além da criação e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a liberalização do comércio exterior, em seu propósito de tornar a economia brasileira ao mesmo tempo internacionalizada e moderna, por meio do estímulo às importações (PORTO, 2009, p. 7).

O resultado da implementação das supracitadas medidas, culminou no aprofundamento da recessão, no processo de intensificação da inflação, no aumento do desemprego e no desmonte e precarização das políticas sociais. Dessa maneira, pode-se inferir que, as consequências desse processo, apesar de atingir o conjunto da sociedade brasileira, penaliza, sobretudo, as camadas mais fragilizadas da população, pois consoante Mota (2009, p. 21 apud Felipe e Queiroz, 2015, p. 271):

as condições de vida e trabalho do enorme contingente de pessoas que vivem à margem da produção e do usufruto da riqueza socialmente produzida, são reveladoras de que a desigualdade social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e das suas forças produtivas (Mota, 2009, p. 21 apud Felipe e Queiroz, 2015, p. 271).

A consequência é que, paralelamente ao aumento do desemprego e da precarização do trabalho, elementos que exemplificam algumas das expressões da questão social, houve um retrocesso no campo dos direitos sociais. Esses direitos são

transformados em mercadorias a serem vendidas, privatizadas e não garantidas a partir do Estado. Isto é, há a transferência das responsabilidades estatais para a esfera privada. Portanto, pode-se afirmar que no Brasil a gestão da questão social torna-se objeto de políticas seletivas de combate à pobreza, muitas vezes postas em prática a partir de ações filantrópicas, com mobilização da sociedade civil, acompanhado da privatização das políticas sociais (BEHRING, 2009 apud SOUSA, 2012).

As sucessivas modificações realizadas nos anos neoliberais no Brasil constituem verdadeira contrarreforma do Estado, conduzida de forma sorrateira, pois o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a entrar no circuito de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo, inserindo-se de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial (TAVARES & MELIN, 1998, p. 51 apud PORTO, 2009).

Após Collor (1990-1992), assumiram os seus sucessores, Itamar Franco (1992-1994), que fundamentava a sua política econômica no Plano Real que, por sua vez, apoiava-se nas diretrizes recomendadas através do contexto neoliberal, e Fernando Henrique Cardoso, o FHC (1995-2003), que seguiu a trajetória das diretrizes neoliberais e optou por endossar essas políticas.

O governo FHC tinha como objetivos centrais a estabilidade de preços, a redução da participação do Estado na economia, com a implementação da privatização de empresas estatais e a expansão da abertura comercial e financeira. De acordo com Bresser-Pereira (2009), durante o Governo FHC, as políticas econômicas seguindo a cartilha neoliberal, mantiveram o país em semiestagnação econômica, incapaz de competir com outros países. Os resultados do plano econômico neoliberal desse governo foram altas dívidas internas e externas, tendo como principal âmbito fragilizado, o mercado de trabalho. Segundo Alves (2017), no que diz respeito ao mercado de trabalho, as consequências foram a desregulamentação das leis trabalhistas, a realização de uma reforma da previdência, o aumento da flexibilização do trabalho, do desemprego e do trabalho informal.

O neoliberalismo, tanto no Brasil quanto na América Latina, assumiu a forma do Modelo Liberal Periférico (MLP), que, ainda segundo Alves (2017), apresenta três pilares: a subordinação da estrutura trabalhista brasileira ao capital, a financeirização da economia e o processo de privatizações. De toda forma, a adoção desse modelo

no país, gerou não só o desemprego, como também gerou cortes de recursos destinados à área social, das políticas públicas, apoiando-se no argumento de que deveria haver uma redução de gastos públicos. Por isso, para Porto (2009, p. 7), os desdobramentos da política econômica patrocinada por FHC “tiveram implicações desastrosas sobre as políticas sociais, na medida em que resultaram na redução drástica dos fundos públicos destinados ao financiamento dos serviços sociais direcionados aos segmentos mais pobres”.

Diante esses resultados de diversos prejuízos causados pela implementação do projeto neoliberal no país, a oposição, a qual se trata do movimento de esquerda, expandiu-se, impulsionada principalmente pela mobilização popular e por movimentos sociais. FHC então foi substituído por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT).

Há controvérsias sobre o estilo de governo adotado por Lula, algumas interpretações afirmam que há uma linha de continuidade com as práticas do governo FHC, outras tratam o governo Lula como um novo estágio de desenvolvimento, denominado de "novo desenvolvimentismo", e, ainda há aquelas que afirmam que o governo nada mais é que um governo híbrido, ou seja, nutrindo-se a partir das duas fontes.

Bresser-Pereira (2016), por sua vez, define que um Estado desenvolvimentista é aquele que é o instrumento-chave do crescimento econômico, sendo ele o financiador dos grandes serviços sociais universais de educação, saúde e previdência social. Ele ainda define o Estado como um Estado forte ou capaz para se proteger, ou seja, para proteger o patrimônio público. Nesta lógica, Branco (2009, p.78 apud ALVES, 2017), resume a proposta novo-desenvolvimentista:

Em síntese, o Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado, e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim, o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social. O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na ‘questão social’, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades. Esta é, grosso modo, a utopia da intelligentsia [sic] novo-desenvolvimentista (BRANCO, 2009, p.78 apud ALVES, 2017).

Durante o governo Lula, o Brasil apresentou uma série de avanços, caracterizados principalmente pela retomada de desenvolvimento econômico e social, o qual se combina com uma redução nas desigualdades sociais, havendo também a retomada do papel do Estado, o crescimento do produto interno bruto, o controle da

inflação, redução do endividamento externo do setor público, a redução do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, a expansão do mercado de consumo de massa via programas de transferência de renda, elevação do salário mínimo, entre outros.

Souza e Hoff (2019) afirmam, que tais políticas novo desenvolvimentistas objetivaram buscar o crescimento econômico e social brasileiro e o fortalecimento do capitalismo no país, contando com o auxílio dos programas sociais e de transferência de renda, como *Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada*, a partir da aproximação com as classes dominadas, atendendo aos seus interesses. As autoras, apoiadas pelo pensamento de Boito & Berringer (2013), inferem que essa política reuniu não só a burguesia interna brasileira, mas também a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato, incorporando a massa de trabalhadores desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria e os em situação de pobreza. Conforme Alves (2017), o governo Lula foi o responsável por reinserir a importância das políticas públicas no fomento do desenvolvimento econômico.

Ainda durante o governo Lula, tem-se uma nova crise capitalista, de âmbito mundial, em 2008. Assim, de acordo com Mancebo (2017, p. 2),

os impactos de tal crise manifestam-se de forma diferenciada em termos geográficos e temporais; no entanto, é inegável que, no último período, houve um impacto com força na América Latina e no Brasil, em movimentos estruturais que abalaram as bases sociais da própria reprodução política. No plano político, o destaque fica com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, deixando o país nas mãos de um governo ilegítimo, que tem à frente o vice-presidente Michel Temer (MANCEBO, 2017, p. 2).

Seguindo nessa linha do tempo, antes do impeachment, e em consonância com o trabalho desenvolvido por Lula, a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) deu continuidade à tendência de ampliação da presença do Estado na economia. Pode-se afirmar que os anos do “lulismo” e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, efetivamente, ampliaram as políticas sociais compensatórias, trazendo melhorias para os setores sociais mais empobrecidos. Entretanto, de acordo com Macieira, o governo Dilma buscou alterar a relação entre investimentos públicos e privados implantando uma política econômica de mudança de preços relativos, porém no período de implementação das ações, a economia do país apresentou variações e resultados inesperados não favoráveis aos planos econômicos de seu governo.

Dessa forma, em 2014, a economia desacelerou, ocasionando um aumento nas taxas de juros, redução de investimentos em construção civil, infraestrutura e

petróleo e por consequência, a redução da geração de empregos, comparado aos anos anteriores. Em vista disso, a partir do governo Dilma, as políticas públicas encontravam-se mais frágeis, e o país passou por um momento complicado, tendendo a adotar uma abordagem mais econômica. Para Pinho (2017 apud SOUZA e HOFF, 2019), nessa época, o Estado rendeu-se à política de austeridade fiscal, apontando para a resiliência do neoliberalismo, o que acarretou cortes de programas sociais, recessão econômica, agravamento do desemprego, falta de recursos para as políticas públicas e retrocesso social.

Em resumo, de acordo com Teixeira e Paim (2018, p. 4):

o cerco a favor da reversão neoliberal contou com apoio da burguesia, classe média, setores da classe trabalhadora, além de personalidades influentes sobre Dilma. Com as eleições de 2014, o choque recessivo e a opção de acelerar o lulismo terminaram por produzir a pior recessão desde 1992. A partir de então, aumentou a oposição do capital e dos seus representantes ao governo Dilma, aprofundando a polarização nas eleições de 2014. Paradoxalmente, após a vitória apertada do segundo turno, a presidente adotou a política econômica defendida pelo seu oponente durante a campanha. Essa opção, obviamente, ia no sentido contrário das expectativas dos seus eleitores, fragilizando a sua base social e a sua sustentação política. O capital financeiro inicialmente parecia preferir Dilma à instabilidade, mas não foi acompanhado por empresários industriais. Essas frações se articularam depois e deram o golpe de 2016, liderado pelo vice-presidente e por parte dos seus ministros, com a "ajuda do Congresso [...] e de uma mídia e uma justiça partidarizada" (TEIXEIRA; PAIM, 2018, p. 4).

O impeachment de Dilma mais do que uma inconstitucionalidade, tratou-se de uma manipulação a fim de interromper o ciclo democrático e implementar um projeto que atendesse única e exclusivamente os interesses da elite econômica dominante (SERRANO; MAGANE, 2020). Dessa maneira, Michel Temer (2016-2018) assume a presidência trazendo a nova ideologia política. Com o argumento de retomar o crescimento econômico, limitou os gastos públicos por 20 anos instituindo a PEC do teto de gastos públicos, disseminou o projeto da reforma trabalhista e diminuiu o poder do Estado, impactando diretamente nas políticas públicas. O governo Temer trouxe o retorno do pensamento neoliberalista e rompeu com o compromisso social dos governos anteriores (Lula e Dilma). Em outras palavras, a queda de Rousseff abriu o caminho para a desconstitucionalização dos direitos sociais consagrados no período da redemocratização do Brasil.

Em sequência, "a coalizão ultraliberal e conservadora de Jair Bolsonaro, que assumiu o cargo em janeiro de 2019, além de poder aprovar a reforma previdenciária, reduzir substancialmente os benefícios e dificultar o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais, aprofundou as medidas de austeridade do governo

anterior” (PINHO, 2021, p. 208). Bolsonaro lidera a partir da lógica do neoconservadorismo, que até então estava adormecido desde o golpe militar de 1964, a partir de pautas fascistas e antidemocráticas.

Para Boschetti (2015, p. 639 apud ALMEIDA, 2020) “o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor”. No Brasil, a adoção do prefixo “*neo*” refere-se ao fato dessa corrente apresentar novos elementos. A eleição de Bolsonaro, trouxe à tona o aprofundamento de discursos com teor racista, sexista, misógino e homofóbico. Outros fenômenos presentes neste governo são a forte vertente religiosa, utilizando-se do discurso “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”, as *fake news* e o antipetismo.

É importante salientar que desde a chegada de Bolsonaro à presidência do Brasil, há um cancelamento da participação política das classes populares em decorrência do uso de medidas autoritárias e antidemocráticas e da entrada em vigor da Reforma da Previdência. É nesse contexto, que, segundo Silva (2021) o programa econômico ultraliberal do atual governo coloca o país numa dependência econômica ainda maior e subalterna ao capital financeiro internacional além de revelar a tendência política e econômica de redução dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Consoante ao pensamento de Castilho e Lemos (2021, p. 4):

O governo Bolsonaro é marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora. Sua escolha pela necropolítica impõe um extermínio a todos/as aqueles/as que ameacem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 4).

Tal panorama se intensifica atualmente, durante a crise pandêmica do novo coronavírus, momento em que o Brasil vivencia uma forte recessão econômica, deixando ainda mais evidente a profunda desigualdade social existente. Na realidade, “o Brasil tem sido caracterizado por duas crises: a pandemia do novo coronavírus e o pandemônio do governo Bolsonaro” (SILVA, 2020, p. 1481). Pode-se dizer que a pandemia deixou mais escancarado o projeto fascista do governo, o qual contribuiu

para a morte de milhares de brasileiros, a partir da adoção de um posicionamento negacionista do atual presidente em relação a pandemia.

A pandemia da COVID-19, potencializou a crise econômica do capital, tornando ainda mais graves as condições precárias de vida. As medidas de restrição, buscando efetivar o isolamento social, essencial para conter o avanço e a proliferação do vírus, aumentaram em grande proporção o desemprego e tornaram possível a intensificação da precarização do mercado de trabalho.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do último documento divulgado pelo IBGE, que corresponde ao 2º semestre de 2021 (abril-junho/2021), revelam que a taxa de desocupação, no Brasil, foi estimada em 14,1%, totalizando 14,4 milhões de brasileiros. Esta estimativa apresentou redução de 0,6 ponto percentual em comparação com o 1º trimestre de 2021 (14,7%), que apresentou um recorde na taxa e no número de desempregados, sendo os maiores desde o início da série histórica, iniciada em 2012 (PNAD, 2021), demonstrando os efeitos desastrosos da pandemia no país.

A conjuntura atual do país, portanto, denota um tempo violentamente inseguro. Desemprego, retorno ao mapa da fome, privatização de serviços, congelamento de gastos públicos, precarização dos direitos sociais, sucessivas contrarreformas sistemáticas no campo trabalhistas e das políticas públicas, acentuam um cenário caótico.

2.1 MUDANÇAS SOCIAIS E NO MUNDO DO TRABALHO: IMPACTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Todo esse quadro, com certeza, afeta o Serviço Social, uma vez que se trata de uma profissão inserida na divisão social e sexual do trabalho cuja matéria prima é a própria questão social¹. Desse modo, a forma como se configuram e se expressam as desigualdades sociais, com base nas assimetrias presentes no mundo do trabalho,

¹ A "questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Sua gênese está no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos". Portanto, de forma sucinta, a questão social "expressa "as disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais" envolvendo os seguimentos da sociedade civil e poder estatal. Assim, envolve uma luta aberta e surda pela cidadania" (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

a partir da exploração dos/as trabalhadores/as, é o solo histórico onde se desenvolvem as condições do trabalho do Serviço Social. Do mesmo modo, faz parte desse solo, as respostas dadas pelas classes e frações de classe, pelo Estado e movimentos sociais às múltiplas expressões das desigualdades que estruturam a sociedade. Assim, abordar as transformações na sociedade é uma forma de apontar as mudanças que tocam o tecido social em que se constitui a profissão como uma demanda social, mediada por uma dada institucionalidade e pelas lutas sociais.

Nesse trabalho, interessam-me, particularmente, as mudanças que afetam diretamente o trabalho e a formação em Serviço Social na contemporaneidade. Esses são elementos fundamentais para que eu possa discutir as condições sociais e econômicas que alteram a base social da categoria, ou seja, os sujeitos, no caso, predominantemente femininos, que compõem a categoria e que são marcadas pelas condições de trabalho e formação que atingem as mulheres de uma forma geral em nossa sociedade.

Conforme afirmam Sant'Ana, *et al.*, (2021), o capitalismo em sua versão monopolista e financeirizada, desde o início do século XXI, vive mais uma crise que não é apenas cíclica, mas também estrutural. Para as autoras, tal situação requer cada vez mais a superexploração do trabalho, pois é dessa exploração que os diferentes tipos de capital se sustentam, direta ou indiretamente. Pode-se dizer então que as condições e relações de trabalho e proteção social precárias não são pontuais, mas um produto de um longo processo de transformações operadas no mundo do trabalho e na contrarreforma do Estado.

A precarização do trabalho se intensifica no decorrer do desenvolvimento capitalista, pois o ônus das crises sempre recai em maior medida para a classe trabalhadora, principalmente nos países dependentes, como é o caso do Brasil. Assim, essa classe é submetida a processos de trabalho cada vez mais intensos na exaustão, expropriação e extração de sobretrabalho, com direitos cada vez mais reduzidos quando não extintos ou inexistentes (CORRÊA; REIDEL, 2021). Neste processo, crescem os níveis de desigualdade social e há uma metamorfose da questão social, a qual veste-se de novas roupagens, com a precarização das relações de trabalho, o desemprego estrutural, o aumento da pobreza extrema e o achatamento salarial.

O Serviço Social, profissão que teve sua origem a partir da necessidade de resposta às expressões da questão social, por meio do controle social, responde, ao

mesmo tempo, aos interesses dos trabalhadores e do capital, assegurando a reprodução do mesmo e a manutenção da ordem burguesa. Portanto, sendo incluso nessa dinâmica, o Serviço Social, que se configura com um trabalho assalariado, coletivo e pertencente ao mundo capitalista, também é afetado pelas novas dimensões e manifestações da atualidade no que se refere a precarização do trabalho.

Assistentes sociais vêm sofrendo e vivenciando assim como o conjunto da classe trabalhadora todas as consequências desse processo, manifestadas em graus e níveis diferenciados. Tais consequências não apenas dizem respeito as condições materiais das suas vidas, mas também as suas sociabilidades individual e coletiva. Há, portanto, a reconfiguração do trabalho, atingindo o núcleo das atribuições e competências profissionais e desencadeando inúmeras pressões e tensões as assistentes sociais nos diferentes espaços de trabalho.

O mercado de trabalho para as assistentes sociais vem sendo modificado não apenas em relação às demandas, às requisições profissionais e a intensa precarização das condições e relações de trabalho, como também na constituição de novas modalidades de contratação e gerenciamento dessa força de trabalho, sendo eles o trabalho informal, intermitente, precarizado e flexível, que denotam ainda mais a instabilidade do mundo do trabalho. Segundo Camargo (2021), expressões como trabalho por *voucher*, uberizados, pejetizados, intermitentes, flexíveis, autônomos, empreendedores, terceirizados e temporários integram o cotidiano de maneira fluida, escamoteando as novas formas de efetivação de trabalho assalariado.

A terceirização, de toda forma, não é um fenômeno novo. A partir das facetas governamentais neoliberalistas do governo Collor, essa estratégia foi adotada e justificada como sendo um enfrentamento à crise econômica. Na realidade, fazendo uma análise histórica, os últimos trinta anos políticos contribuíram diretamente para pôr em curso uma ampla rede de terceirização e informalidade no país. Os direitos trabalhistas, vistos como um risco ao desenvolvimento capitalista e financeiro, têm sido reduzidos ao máximo, e, ao passo em que se busca maiores taxas de lucratividade, há uma isenção da responsabilidade de contratantes para com trabalhadores.

Os moldes da terceirização favorecem claramente apenas uma porção dessa narrativa, a qual já é a mais privilegiada: o capital. Os trabalhadores se veem dentro de uma bolha de invisibilidade social, pois, de acordo com Lourenço (2015), a

terceirização promove o alargamento dos índices de vulnerabilidade social porque nela reside a fonte geradora para muitos outros problemas sociais.

Dessa forma, a assistente social, que depende da venda da sua força de trabalho para manutenção da sua sobrevivência, e, sendo assalariada, tendo que responder as exigências institucionais, fica evidente que passa a se submeter a condições de trabalho cada vez mais instáveis. Há, em curso, portanto, um processo de insegurança da vida das profissionais, ao passo em que há elementos que favorecem a desproteção dessas trabalhadoras. Como elementos fundantes de tal cenário, têm-se a contratação de trabalhadores por projetos temporários, a desregulamentação do trabalho formal, os rebaixamentos salariais, a perda de direitos trabalhistas, os adoecimentos, os assédios, as humilhações, as condições sub-humanas de trabalho, a extensão da jornada e a maior propensão aos acidentes de trabalho.

O mercado de trabalho contemporâneo, além de todos os elementos já citados, favorece ainda o crescimento do pluriemprego. Isto é, a busca por dois ou mais vínculos empregatícios, em decorrência dos baixos salários, da alta rotatividade do mercado e dos vínculos instáveis. Esse processo abre espaço para outros, tais quais a intensificação da carga de horária de trabalho, o que favorece mais risco de estresse e adoecimento para os trabalhadores.

Paralelamente, também há a crescente intensificação das requisições do trabalho profissional, que estão presentes tanto na esfera estatal como privada, tornando essa relação ainda mais inquietante. Pode-se afirmar, dessa maneira, que o mercado de trabalho atual, trata-se de um ambiente exigente. A partir disso, Iamamoto (2012, p. 130-131, apud SANTOS, 2020) pontua que

têm sido exigidos requisitos que extrapolam o campo de conhecimento para abranger “habilidades e qualidades pessoais” tais como: experiência, criatividade, desembaraço, versatilidade, iniciativa e liderança, capacidade de negociação e apresentação em público, fluência verbal, habilidade no relacionamento e “capacidade de sintonizar-se com as rápidas mudanças no mundo dos negócios” [...]. O assistente social tem sido solicitado ainda para atuar no campo de treinamento e reciclagem de pessoal, no desenvolvimento de programas voltados à saúde do trabalhador, coordenação de programas de escolarização, programas de atenção à saúde, envolvendo acompanhamento de pacientes, inserção em equipe interdisciplinar, etc (IAMAMOTO, 2012, p. 130-131, apud SANTOS, 2020).

Ademais, deve-se compreender a precarização em um sentido mais amplo, tanto com relação às condições do mercado de trabalho em geral, quanto às

condições de trabalho no espaço institucional propriamente dito. Isto é, sendo trabalhador assalariado, contratado por determinada empresa, são os empregadores que fornecem instrumentos e meios para o desenvolvimento das tarefas profissionais: seja a partir da definição do objeto a ser trabalhado, seja pelo suporte de recursos materiais para a execução das atribuições profissionais. Aqui, aponta-se mais uma dificuldade frente ao trabalho profissional da assistente social na contemporaneidade.

De um lado, as condições de trabalho, muitas vezes, não atendem ao disposto pela Resolução CFESS n. 493/2006, que informa as condições éticas e técnicas do exercício profissional da assistente social. Estão presentes, principalmente, a escassez de recursos e a precariedade das instalações físicas. Identificam-se espaços improvisados, com pouca ventilação e iluminação, a ausência de um espaço exclusivo que promova um atendimento sigiloso, além da ausência ou precariedade de equipamentos para realização do trabalho, como transporte para visitas domiciliares, internet nos computadores ou impressos específicos. O que se pode inferir é que o espaço físico das instituições que abrigam a profissional se estrutura na esteira da precariedade das políticas sociais.

Do outro, como a realidade em que se apresenta o Brasil, na atualidade, é de um governo que obedece aos comandos do capital, possibilitando a desconstrução dos direitos sociais, o cotidiano de trabalho da assistente social, é caracterizado por um intenso processo de desigualdades e isso significa dizer que, conforme salienta Boschetti (2017), por mais que as profissionais se dediquem incansavelmente ao exercício de suas atribuições e competências, o resultado de seu trabalho estará sempre determinado pela própria condição da política social.

No que tange esse aspecto, dentro da lógica neoliberal, as políticas públicas sociais foram elevadas à categoria de privilégios e de impedimentos para o desenvolvimento econômico. Ou seja, em um quadro neoliberal, onde o Estado limita sua intervenção na esfera social, as consequências são o desmonte e a promoção de ataques com sucessivos cortes e desfinanciamento de gastos e recursos destinados aos direitos sociais e, mais diretamente, aos direitos dos trabalhadores. Dessa maneira, em seu exercício profissional, as assistentes sociais são duramente tensionadas com as exigências para impor limites à universalização das políticas e dos direitos.

Nesse contexto, a profissional vê sua relativa autonomia ameaçada, o que reflete em processos de trabalho repletos de obstáculos à sua realização plena,

estando à mercê das condições e meios de trabalho ofertados pelo meio que se insere. Em tempos de agudização da precariedade, lutar, defender e materializar direitos no exercício da profissão, caracteriza-se como um desafio cada mais pertencente a dinâmica do confronto entre capital e trabalho. O Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, ancorados nos princípios da liberdade, equidade e no compromisso com as lutas da classe trabalhadora, constituem uma bússola para enfrentar os desafios que a realidade impõe.

2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE

A crise do capital, além de trazer rebatimentos para o mundo do trabalho, também se apresenta como fator determinante no que se refere a precarização do setor da educação, dentro do rol dos direitos sociais. A educação, nos dias atuais, se consolida como campo de busca de lucratividade para o capital, por meio da mercantilização da formação, através da expansão da criação de universidades privadas, do crescimento do acesso ao ensino a distância (EAD) e como elemento de reprodução de princípios e valores que buscam a manutenção das estruturas sociais de poder, pois, a mudança na definição de educação, que deixa de ser reconhecida como direito e passa a ser um serviço a partir da década de 1990, vem favorecer essas determinações mercadológicas (FERREIRA, 2018). Tal processo, o qual considera a educação como atividade que gera lucros, abre precedentes para a desresponsabilização do Estado, foi concretizado ao longo dos anos 1990 e permanece em consolidação no século 21.

A educação, por sua vez, pode ser compreendida como um possível instrumento no fortalecimento do ser social e é sob essa perspectiva que o Serviço Social vem desenvolvendo seu trabalho nos últimos anos. A formação profissional, entretanto, não se limita apenas à oferta de conhecimento para obtenção da titulação de Assistente Social para a inserção ao mercado de trabalho, ela extrapola: tem o objetivo de preparar cientificamente profissionais capazes de responder as exigências do próprio projeto profissional, bem como da conjuntura atual.

Historicamente, sabe-se que foi durante os governos Lula e Dilma (2003-2016) que aconteceram avanços no ensino superior brasileiro. Além de implementarem um conjunto de políticas públicas a fim de superar déficits em áreas como saúde e habitação, a educação também foi pauta de mudanças. Esses governos estruturaram

o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que além de expandirem o acesso as universidades, provocaram maior investimento do governo federal no ensino e no eixo ensino, pesquisa e extensão.

Dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) demonstram que exatamente durante o período de 2003 a 2013, a oferta de cursos de graduação evoluiu de 16.505 opções para 32.049, o que representa um crescimento de 94%. Esse crescimento foi significativo tanto no setor privado quanto no setor público: no setor privado, correspondeu a 96,4%; no público, 91,6%. Cabe destacar também o forte incremento das matrículas na graduação a distância entre 2003 e 2013: em 2003, eram menos de 50 mil matrículas; em 2013, mais de 1,1 milhão (BRASIL, 2015).

Apesar do avanço da educação de setor público, atualmente, tem-se o destaque para as universidades privadas e, principalmente, para aquelas voltadas para o ensino a distância. Segundo dados da Sinopse Estatística da Educação Superior ou Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, o número de matrículas do ensino superior correspondia ao total de 8.603.824, sendo 6.523.678 advindas da rede privada, contra apenas 2.080.146 da rede pública. Ou seja, as matrículas se concentram, predominantemente, no setor privado, o qual respondeu por, aproximadamente, 75% do total de matrículas daquele ano (INEP, 2020).

No que diz respeito ao Serviço Social, desde a sua gênese, na década de 30, a formação profissional se dava sob forte influência das doutrinas da Igreja Católica. A profissão era entendida como uma vocação, estando pautada a partir da ótica da ajuda e da caridade. Até os anos 50, as escolas, em sua maioria, estavam vinculadas ao bloco católico, porém, a partir daí, a formação começou a direcionar-se para uma técnica especializada.

Ocorreu, nesta época, o intercâmbio do Serviço Social norte-americano com o latino-americano. A formação profissional apoiava-se em teorias comportamentais e de personalidade para buscar as causas que originavam os desajustamentos do ambiente e dos indivíduos e suas famílias. As décadas de 60 e 70, por consequência, seguiram embebidos dessa perspectiva, mas se adequando para atender as exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes na sociedade. À essa

altura, começaram a surgir questionamentos acerca da formação profissional da assistente social, problematizando-se o seu referencial teórico-metodológico.

O período da década de 80 foi um marco histórico para o Serviço Social brasileiro, visto que representou um processo de “revisão profissional”, que buscou romper com a perspectiva de análise adotada anteriormente, tomando como referência a realidade social e a transformação desta. Desse modo, de acordo com Portes e Portes (2017, p. 217), entendeu-se que era preciso ter “um posicionamento político e crítico diante das contradições inerentes ao modo de produção capitalista para saber ler e interpretar as demandas e possibilidades que se colocavam à profissão, construindo estratégias interventivas e analíticas”. Saliou-se a importância de uma formação política para as assistentes sociais, com investimentos nos fundamentos teórico-metodológicos, às vistas de romper com o chamado Serviço Social tradicional.

A década de 90 retrata um momento de redesenho e de organização pedagógica da formação profissional em Serviço Social no Brasil. Em 96, houve a construção das Diretrizes Curriculares para o curso, proposta pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e organizada em eixos estruturantes, considerados os pilares da formação, que traduzem questões próprias do modo de produção capitalista, a produção e reprodução das relações sociais e a questão social; e eixos transversais, que favorecem a interdisciplinaridade, buscando integrar temas deixados à margem do processo educacional. A formação então passou a construir uma profissional com postura investigativa e ética.

Isto posto, desde a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o número de cursos de Serviço Social no país aumentou consideravelmente. De acordo com Pereira (2008, p. 194),

o empresariado do ensino passou a identificar o curso de Serviço Social como mais um curso explorável na área de Humanas. Isto significou a efetiva laicização e o puro empresariamento do ensino em Serviço Social, especialmente após 1995, articulando-se tal movimento do empresariado com o movimento mais amplo do Estado brasileiro de incentivo à expansão do ensino superior via setor privado e não confessional. Assim, a criação de ESSs no Brasil relaciona-se com o movimento mais amplo de necessidade de realização do capital, mas também de formação de intelectuais difusores de uma ideologia colaboracionista, consensual, sob a ótica e as necessidades do capital (PEREIRA, 2008, p. 194).

Por isso, a formação profissional é uma preocupação do Serviço Social enquanto categoria, pautada nos compromissos assumidos pelos diversos órgãos regulatórios, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho

Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), pois, obviamente, a mercantilização do ensino superior, atingiu também o curso de Serviço Social.

Ainda segundo os dados do último Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, o total de instituições que ofereciam o curso de Serviço Social era de 404, sendo 59 públicas e 345 privadas. O número total de cursos, por sua vez, correspondia a 501, sendo a sua maioria na área privada, com 430, enquanto apenas 71 na área pública. Logo, seguindo esse caminho, apesar do total de matrículas no curso de Serviço Social ser de 131.869, a grande maioria se concentra no setor privado, com 114.415, restando somente 17.454 para o setor público. Os dados revelam ainda no que diz respeito a relação entre o número de cursos de graduação em Serviço Social, de forma presencial, tem-se 427 e à distância, tem-se 74.

Na realidade local, são 73 cursos no Estado da Bahia e 38 em Salvador. Houve uma tardia inserção da formação no âmbito público, visto que há apenas 10 anos surgem as duas unidades públicas de formação existentes do estado, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2008, e o segundo curso, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, em 2009, ambas frutos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (DELGADO; CARMO, 2018).

Fica evidente assim, a ampla expansão do ensino privado e a mercantilização do ensino superior, sendo submetido aos interesses empresariais, explícitos nas políticas de ciência, tecnologia e inovação. Destarte, a grande oferta de cursos suscita um significativo aumento do contingente profissional, que, aliado ao crescimento do desemprego em uma conjuntura recessiva, pressiona o rebaixamento do piso salarial, do trabalho temporário e desprotegido, aumentando a insegurança no emprego e a concorrência no mercado profissional de trabalho.

No que diz respeito ao ensino a distância, sabe-se que ele reconfigura completamente a formação. De acordo com Ferreira (2018), tal modalidade de ensino traz sérios comprometimentos à formação de qualidade, já que se baseia em contatos muitas vezes somente virtuais, ligeiros, com acesso à leitura de manuais e a ausência de debate e convivência presencial entre os indivíduos. Para o Serviço Social, a

formação de profissionais via EaD, é radicalmente diferente da defendida pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o que traz complexos desafios para a categoria.

Fazendo um recorte da realidade mais atual, o contexto do governo Bolsonaro com a sua política ultraneoliberal produz um aparato ideológico alienante que marca a conjuntura. É fato que a educação superior brasileira vem sendo duramente golpeada pela intensificação da mercantilização, da desestruturação e da privatização. Com isso, segundo Farage (2021, p. 50):

A contrarreforma da educação, deve ser analisada de maneira articulada com outras ações que, antes mesmo da pandemia do novo coronavírus, já impactavam a educação superior pública, como: a elevação do percentual de ensino a distância nos cursos presenciais que passou de 20% para 40%, prevista na Portaria nº 2117/2019 do MEC; a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou os investimentos em políticas públicas até o final de 2021; a terceirização das atividades fins, aprovada pela Lei nº 13.429/2017; os sucessivos cortes de verbas para a educação superior pública, entre eles o já anunciado corte de 8,7% nos gastos discricionários para 2021 previsto no Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em setembro de 2020 (FARAGE, 2021, p. 50).

Somado a isto, tem-se o cenário pandêmico iniciado em 2020, onde o governo federal, lança mão do ensino remoto emergencial, como uma estratégia para afirmar a importância e a necessidade de se ter uma educação mediada pela tecnologia, já anteriormente proposta por organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM). Pode-se observar que a pandemia foi utilizada para disseminar o avanço da aplicação das tecnologias de comunicação no setor da educação. Isto é, nesse sentido, uma adaptação que era para ser momentânea, se tornou um incentivo para a ampliação do ensino remoto.

A educação dentro da dimensão produtiva do capital, tem o papel de proporcionar os conhecimentos necessários para prover a manutenção do sistema. Em termos mais claros, a educação assume o papel de formação e reprodução da classe trabalhadora, que atenderá aos interesses do capitalismo. Tal conformação da educação incide diretamente no perfil dos sujeitos que serão formados neste contexto, com consequências nas formas em como se inserem, se comportam e se relacionam tanto no contexto social como no interior das profissões. Sob esse aspecto, tal cenário nada mais é que:

fundamental para a manutenção da lógica do capital, pois a educação é também produção de consciência. Por meio da educação, a burguesia constrói, continuamente, as condições de inculcar suas ideias e perpetuar sua ideologia, de modo a falsear a realidade e naturalizar a subalternidade. Desse modo, a burguesia mantém sua hegemonia e dificulta que a classe trabalhadora realize uma avaliação crítica da sua participação e atuação

histórica no mundo com vistas à transformação social (SILVA., *et al.*, 2021, p. 2).

A partir deste quadro, o novo perfil de trabalhador exigido é o flexível, técnico, com múltiplas capacidades, polivalente, capaz de responder a um conjunto variável de demandas e ao mesmo tempo despolitizado e desarmado de possibilidades coletivas de ação em busca de preservação de condições protegidas de trabalho (FERREIRA, 2018). Ou seja, tal perfil não favorece o conhecimento crítico e a análise da realidade a partir da reflexão, na verdade, são formados profissionais que tendem a agir a partir do imediatismo, sem a inferência dos seus saberes técnicos, dotados de valores como competitividade, individualismo e ambição. A lógica que prevalece na educação desenvolvida no Brasil tem como direcionador a formação de trabalhadores para satisfação das necessidades do mercado, tornando cada vez mais difícil formar profissionais que não sejam acríticos, alienados e despolitizados.

A referida realidade tem impossibilitado o estabelecimento de um pensamento crítico nas assistentes sociais, porque a formação profissional nos moldes atuais limita-os ao trato da realidade aparente, restrita ao senso comum e desprovida de criticidade. Esses processos não apenas podem destruir a dimensão política construída tão fortemente pelo Serviço Social, como, ao embaçar a visão sob a realidade social, afeta a construção das intervenções que fortalecem os interesses da classe trabalhadora, acarretando um caminho que favorece a diluição das particularidades e especificidades profissionais. Sendo assim, o momento presente põe diversos desafios para o fazer profissional da assistente social, as quais devem buscar constante qualificação para acompanhar a dinâmica e os desdobramentos provenientes da sociedade.

3 MAPEANDO TENDÊNCIAS DO PERFIL PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo propõe-se a trazer uma discussão acerca do perfil das assistentes sociais na contemporaneidade, a partir de estudos encontrados na literatura científica.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que, de acordo com Gil (2011), tem o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado feito, a partir do levantamento de fontes bibliográficas. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas sobre ele.

Para fomentar o debate, serão utilizados dados dispostos na pesquisa intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), do ano de 2005, que traçou o perfil da profissão no Brasil, de maneira inovadora, dado a falta de estudos que abarcassem essa questão sob o contexto nacional, como ponto norteador.

A partir dele, serão somados outros estudos, a fim de verificar se os dados sobre realidades específicas apontam para questões novas e/ou convergem com as realidades trazidas pelos estudos teóricos. E, na tentativa de compor a discussão de maneira que mais se aproxime da realidade atual, buscou-se utilizar nessa seção do trabalho, estudos produzidos apenas na última década, e que de alguma forma, forneceram subsídios para apoiar o mapeamento da realidade do Serviço Social na atualidade.

As buscas destes estudos foram realizadas entre setembro a novembro de 2021, através da biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SCIELO). As estratégias de busca foram realizadas por meio dos descritores: “mundo do trabalho”, “trabalho profissional” e “serviço social”, combinados pelo operador booleano “AND”. A amostragem foi realizada obedecendo os seguintes critérios de inclusão: trabalhos publicados nos idiomas português, no período de 2010 a 2021, com resumos disponíveis nos bancos de dados informatizados selecionados e texto disponível na íntegra fornecido pela fonte original. Como critérios de exclusão: estudos repetidos nas bases de dados e que não responderam aos objetivos da pesquisa.

É importante ressaltar que este trabalho, ao utilizar estudos focalizados e parciais, não pode tecer conclusões acerca da realidade de um todo. Dada a falta de estudos que trabalhem este tipo de variável e dentro dos limites e possibilidades que se insere uma pesquisa científica, este trabalho trata-se de uma discussão

aproximada, com a formulação de hipóteses, do que vem a ser o perfil profissional das assistentes sociais da contemporaneidade. O quadro 1, abaixo, traz a síntese dos 5 estudos que formam a amostra deste trabalho.

QUADRO 1 – Síntese dos estudos de amostra

TÍTULO	AUTORES E ANO	AMOSTRA ESTUDADA	BREVE RESUMO
Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional	CFESS (2005)	1.048 assistentes sociais, das 5 regiões do país, inscritas no CRESS e com registro ativo	Estudo que apresenta subsídios para debates da profissão com objetivo de elaborar um perfil do profissional de Serviço Social em atividade no Brasil
Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania	MARTINS (2012)	55 assistentes sociais que atuam em 28 municípios de São Paulo, inseridas na política de educação municipal	Estudo sobre a inserção do assistente social na política de educação, pautado por uma investigação rigorosa e teoricamente fundamentada sobre a realidade do trabalho profissional no estado de São Paulo
Perfil profissional de assistentes sociais de Belo Horizonte (MG): subsídios para análise	GUIRALDELLI; MACIEL; FIGUEIREDO (2014)	209 assistentes sociais de Belo Horizonte	Estudo com objetivo de conhecer de forma aproximativa o perfil de assistentes sociais inseridos em diversos espaços de trabalho em Belo Horizonte
O trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual	DELGADO (2016)	77 assistentes sociais de Salvador, que responderam a formulário disponível na página do CRESS	Estudo de análise do trabalho do Assistente Social em Salvador, a partir dos elementos que especificam esse trabalho profissional
Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil	PRADA; GARCIA (2017)	158 assistentes de todos os estados da federação e do Distrito Federal, identificadas no site da transparência brasileira com mais de 2 anos de exercício profissional	Estudo com o objetivo de analisar o perfil das assistentes sociais inseridas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)

Fonte: Confecção Própria, 2021.

Após a análise dos dados obtidos a partir dos estudos da amostra deste trabalho, produziu-se cinco categorias temáticas distintas: gênero e raça, faixa etária, religião, formação profissional e trabalho profissional.

3.1 GÊNERO E RAÇA

Sendo o perfil sócio-histórico das assistentes sociais detentor de traços marcantes, como a predominância de mulheres, pode-se dizer que o Serviço Social é uma profissão atravessada por relações de gênero (LISBOA, 2010; TAVARES, 2019). Os dados de 2005, da pesquisa do CFESS, por sua vez, já apontavam para a intensa

presença do sexo feminino na profissão no Brasil, com a predominância de 97%, contra apenas 3% do sexo masculino (CFESS, 2005).

Em conformidade a esse dado, os demais estudos utilizados na amostra deste trabalho demonstram que os profissionais podem ser dispostos da seguinte forma: 98% sendo do sexo feminino e 2% do sexo masculino (MARTINS, 2012); 94% sendo do sexo feminino e 6% do sexo masculino (GUIRALDELLI; MACIEL; FIGUEIREDO, 2014; PRADA; GARCIA, 2017) e 96% sendo do sexo feminino e 4% do sexo masculino (DELGADO, 2016). Logo, fica evidente a primazia das mulheres, em 100% dos estudos referenciados, a partir dos seus diferentes recortes de tempo e espaço.

No que diz respeito à raça, seguindo o critério de autodeclaração e as referências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, no Brasil, a maioria das profissionais entrevistadas se identificou como branca (72%), em seguida das pretas (20%) e pardas (4%) (CFESS, 2005). Quase dez anos depois, no estudo referente a Belo Horizonte, constatou-se, a partir das assistentes sociais entrevistadas, uma queda nas que se autodeclararam brancas (41%) e um aumento no número de negras, ou seja, pretas e pardas, que somadas totalizaram 57% das entrevistadas (GUIRALDELLI; MACIEL; FIGUEIREDO, 2014). Trazendo para a realidade local, em Salvador, a esmagadora maioria das assistentes sociais entrevistadas na pesquisa em questão são negras, abarcando um total de 84% de profissionais (DELGADO, 2016).

A partir de tais dados, pode-se afirmar que há uma inclinação para a confirmação da tendência histórica de desenvolvimento da profissão, evidenciando que na atualidade, o Serviço Social parece continuar sendo uma profissão predominantemente feminina. Essa hipótese pode ser relacionada ao fato de que ainda hoje, é vigente na sociedade, a mesma estrutura patriarcal que sustentava as protoformas profissionais e que são a base de toda uma visão ideológica a partir da qual a mulher possuía as características mais adequadas para exercer a profissão, a partir do ideário de uma vocação natural para tarefas educativas, caridosas e apaziguadoras. Ou seja, segundo Craveiro e Machado (2011, p. 6):

Ser Assistente Social nas protoformas da origem dessa profissão era visto, muitas vezes, como uma “missão”. Era necessário ter moral bem definida para poder “ajudar” a população que, por certos motivos, estava “desviada” dos moldes tradicionais e “corretos” colocados na época, pelo tradicionalismo. Como já se afirmou, as mulheres burguesas, com moral bem definida, eram extremamente indicadas para desenvolver tal trabalho, pois eram elas que possuíam as características “corretas” para desenvolver as

atividades junto à população “desviada” (CRAVEIRO; MACHADO, 2011, p. 6).

Sabemos que a partir da década de 70, com o Movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil (NETTO, 1991), o perfil profissional mudou bastante, tanto pela composição de sua base, quanto pela ruptura com o conservadorismo aventada como proposta política da categoria. Como explicam, Delgado e Carmo (2018, p. 7), abaixo.

No processo de ruptura e de afirmação de uma perspectiva crítica, a própria base de recrutamento se alterou. Sobretudo nessa passagem entre as décadas de 1980 e 1990, a categoria passa a ser composta por mulheres de classe média, que passaram a atuar, de forma massiva, no conjunto das políticas de Seguridade Social, como funcionárias públicas. Nessa constituição do perfil profissional, destaca-se uma formação feita, em grande medida, pelas universidades públicas das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Esses giros foram fundamentais na constituição de uma imagem social da categoria, descolada do estereótipo da “moça caridosa” e muito mais forjada no ideário em torno de uma profissão comprometida com a ampliação dos direitos sociais e vinculada socialmente ao projeto da classe trabalhadora (DELGADO; CARMO, 2018, p. 7).

Esse período profissional corresponde também a mudanças no mercado de trabalho com a crescente presença das mulheres o que pode ser pensado como um fenômeno contraditório. O fortalecimento da participação da figura feminina no mercado de trabalho contribui para o aumento do poder aquisitivo, do nível de escolaridade e para a redução da defasagem salarial que ainda existe em relação aos homens. De um lado, tal fenômeno expressa tanto respostas a reivindicações feministas e a emancipação de um grupo de mulheres, geralmente da classe média branca, quanto a reposição da divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007) que aumenta os postos de trabalho para as mulheres, mas não as libera do serviço doméstico e dos cuidados.

Historicamente, a divisão sexual do trabalho enfatiza para os homens a produção e a subsistência da família e para as mulheres a reprodução e a educação das crianças. Tal postura, por conseguinte, é que mantém o padrão de desvalorização do trabalho feminino. Isto é, segundo Kergoat (1984, p. 134 e 280-281):

A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas. [...] a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino (KERGOAT, 1984, p. 134 e 280-281).

Além disso, como nos mostram novamente Delgado e Carmo (2018, p. 7),

mais recentemente, como parte de um processo mais amplo de transformações no mundo do trabalho, assiste-se a uma tendência de proletarização dos serviços, bem como de tecnificação de profissões interventivas de nível superior, como o Serviço Social (DELGADO; CARMO, 2018, p. 7).

Assim, pode-se afirmar que as assistentes sociais brasileiras vivem esse processo, tendo sua força de trabalho proletarizada no interior dos serviços, bem como precarizada, de um modo geral, sobretudo pelos processos de terceirização o que pode ser considerado um dos traços de uma “nova divisão internacional do trabalho” (HIRATA, 2009).

Fazendo um recorte de raça, de modo geral, o aumento da presença de mulheres negras no mundo do trabalho profissional e da juventude negra nas universidades, pode evidenciar alguns avanços no que cerne a ruptura da discriminação e do preconceito racial, fruto da luta dos movimentos sociais, a partir da estruturação de ações governamentais voltadas para o enfrentamento das questões raciais, da adoção de ações afirmativas e da incorporação do sistema de cotas. Não obstante, também evidencia a incessante busca dessas mulheres pela capacitação profissional considerando-a como um aspecto libertador das profissões que, inevitavelmente, possuem resquícios da escravidão e, por sua vez, oferecem condições de trabalho precárias.

Entretanto, faz-se necessário, neste miolo, relacionar as categorias educação, trabalho e vida familiar. Há, de um lado, uma dificuldade de permanência dessas mulheres nas universidades, pois, apesar da educação se apresentar como um caráter emancipatório, pode-se cogitar que, mesmo ingressando em universidades, ainda continuam a realizar as mesmas atividades remuneradas que já desempenhavam, visto a necessidade de prover o sustento da sua casa. Soma-se a este cenário, o fato de que muitas delas são mães, e, por isso, precisam se dedicar tanto aos estudos e trabalho, como à família.

Todos esses fatores influenciam na escolha do turno que irão estudar, comprometem o processo de formação acadêmica dessas mulheres, bem como retardam ou excluem a possibilidade do processo de diplomação. Além disso, apontam para uma tendência à procura dos cursos EAD, pois, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, o perfil que se destaca referente à

matrícula de graduação na modalidade à distância, quanto ao sexo, é o feminino, com aproximadamente 55% (INEP, 2019).

Para as mulheres, tal processo é majorado porque são elas as responsáveis pelo lar, filhos e cônjuges. O EAD, portanto, representa uma saída para a realização tanto da graduação como das suas atividades remuneradas (trabalho profissional) e não remuneradas (cuidados com o lar e família). A problemática em questão, recai para o fato de que, o perfil da profissional formada pelo ensino a distância será um perfil que tende ao empobrecimento profissional. Conforme já foi discutido neste trabalho, a formação nesta modalidade é tendente a uma formação parcial, acrítica e sem a vivência da pesquisa e extensão.

Ademais, embora as mulheres sejam quase que a unanimidade dentro do Serviço Social, pois, ainda de acordo com o Censo de Educação Superior, o curso está entre os 20 que têm a maior presença feminina, abarcando um número de 89,6% de mulheres (INEP, 2019), e por assim dizer, se considere uma categoria forte, a feminilização carrega consigo também as consequências negativas que assolam o universo feminino, pois, ao se inserirem em uma sociedade patriarcal e machista, recaem no processo de subalternidade, impactando também na categoria profissional.

3.2 FAIXA ETÁRIA

No que diz respeito a faixa etária das assistentes sociais, tem-se: 25 a 59 anos (CFESS, 2005); 31 a 50 anos (MARTINS, 2012); 21 a 65 anos (GUIRALDELLI; MACIEL; FIGUEIREDO, 2014); 31 a 40 anos (DELGADO, 2016) e 27 a 50 anos (PRADA; GARCIA, 2017), dentro do universo de cada pesquisa. Pode-se perceber, dessa maneira, que se mantém a tendência da faixa etária de 2005. O que pode ser evidenciado é a inclusão cada vez mais de profissionais mais jovens, o que pode talvez estar relacionado a maior facilidade de acesso aos cursos superiores no Brasil, tanto pela mercantilização da formação, materializada no intenso crescimento no número de cursos de Serviço Social, como também pela instituição de sistemas de cotas e de financiamentos estudantis.

3.3 RELIGIÃO

A partir da pesquisa do CFESS, é possível identificar a predominância da religião católica com 68%, seguida pela protestante, com 13% (CFESS, 2005). Outros dois estudos seguem o mesmo caminho, isto posto em Guiraldelli, Maciel e Figueiredo

(2014), onde o catolicismo predomina, com 67%, seguido pela religião evangélica, com 13%; e em Delgado (2016), onde a maioria das entrevistadas se declarou católica (42%), enquanto 18% declararam-se sem religião, 14% espíritas kardecistas e 9% evangélicas.

O Serviço Social, desde a sua gênese, possui uma identificação com os valores de bases religiosas, no caso, o catolicismo, que influenciava na formação dos quadros profissionais. A religião representa o pilar de surgimento da profissão, mantendo relação com as noções de conservadorismo, caridade e filantropia. Ainda hoje, apesar do preceito laico que o Movimento de Reconceituação imprime para a profissão, pode-se visualizar, que a religião persiste como uma tendência histórica do Serviço Social, ao analisar a realidade das amostras estudadas nos estudos anteriormente referenciados. Como afirmam Batista e Coelho, “a proposta de laicidade ainda não é hegemônica em termos de prática profissional, para além disso, o conservadorismo tão denunciado à categoria ainda é presente em alguns espaços” (BATISTA; COELHO, 2005, p.11).

Se levarmos em consideração o avanço do neoconservadorismo político e cultural do momento atual, podemos observar a presença importante da religião nesse processo. Um dos traços da crise contemporânea é a renovação do conservadorismo, com o retrocesso na pauta dos direitos humanos e uma “atualização do conservadorismo religioso” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 190), com a proeminência do pentecostalismo e uma forte articulação desse campo religioso com formas políticas da extrema direita, inclusive ganhando hegemonia em muitos debates e pautas.

A realidade contemporânea, objeto de estudo do presente trabalho, por sua vez, requer do Serviço Social, uma postura profissional livre de amarras doutrinárias, para, desta forma, fazer com que a proposta da laicidade seja hegemônica em termos da prática profissional.

3.4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Há três características marcantes em relação à formação profissional das assistentes sociais: a natureza das instituições onde foram formadas, a titulação das profissionais e o ano de formação delas, que serão discutidas a seguir.

No tocante à natureza, tem-se que a maioria das profissionais entrevistadas, nos respectivos estudos, é proveniente de instituições privadas (MARTINS, 2012;

GUIRALDELLI; MACIEL; FIGUEIREDO, 2014; DELGADO, 2016). Assim sendo, os dados podem apontar para a propensão da mercantilização do Ensino Superior com o avanço do ensino privado no Brasil, em detrimento do investimento público.

Além disso, vale ressaltar neste quesito, a presença de vertentes católicas também no processo de formação das assistentes sociais, pois, dentre tais instituições privadas, destacam-se a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), abrangendo 63,64% das profissionais (DELGADO, 2016) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, formando 95% das profissionais (GUIRALDELLI; MACIEL; FIGUEIREDO, 2014).

Cabe salientar aqui, que em Belo Horizonte não há curso de Serviço Social em Universidade Federal e que a referida instituição católica era a única instituição de ensino superior que oferecia o curso na cidade, até o início dos anos 2000. Em Salvador, até 2001, a Universidade Católica era a principal formadora de assistentes sociais, entretanto, conforme dados de estudo realizado por Delgado e Carmo (2018), com a criação de cursos em outras universidades, tanto privadas quanto públicas, esta realidade modificou-se, sendo a formação em Serviço Social no estado da Bahia, assim como em outros locais, marcada pelos processos de privatização e mercantilização do ensino.

Quanto a titulação, em 2005, a maioria das profissionais ainda não tinham acesso a pós-graduação, já que 55% possuíam apenas a graduação (CFESS, 2005). A partir de 2012, cabendo-me a analisar a realidade das entrevistadas nos estudos utilizados nessa seção, pode-se sugerir que a maioria das profissionais frequentaram algum curso de aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado. Dessa forma, tem-se os seguintes dados: 55% (MARTINS, 2012), 61% (GUIRALDELLI; MACIEL; FIGUEIREDO, 2014), 79% (DELGADO, 2016) e 96% (PRADA; GARCIA, 2017) das assistentes sociais, possuem a titulação de especialistas, mestres ou doutoras.

A partir deste dado, pode-se inferir que nos últimos anos ampliou-se a busca pela qualificação profissional, justificada pelas exigências do mercado de trabalho cada vez mais excludente e pela necessidade de atualização contínua, condizente com o contexto atual das desigualdades sociais, fruto das complexas relações capitalistas que acirram as expressões da questão social, foco da prática profissional.

Como sendo uma questão que influencia na construção da identidade profissional, sobre a formação dessas profissionais entrevistadas, pode-se observar

que aconteceu, de maneira geral, entre as décadas de 1970 e 2010. Interpretando essa informação, é possível apontar que elas se formaram, portanto, no momento que ocorreu, na América Latina, e especificamente no Brasil, o denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

3.5 TRABALHO PROFISSIONAL

Neste último, mas não menos importante tópico, propõe-se realizar a discussão acerca do trabalho profissional a partir dos seguintes aspectos: espaço sócio-ocupacional, tipo e quantidade de vínculos empregatícios, carga horária e faixa salarial.

Quanto aos espaços sócio-ocupacionais, os estudos confirmam a tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública que, apesar de ter sofrido os efeitos da reforma do Estado com a precariedade das relações de trabalho, ou seja, a redução de concursos públicos, contratação precária, temporária, além das perdas de direitos trabalhistas, ainda é o setor que mais contrata assistentes sociais. Dessa forma, o principal tipo de vínculo empregatício das assistentes sociais entrevistadas nos estudos, refere-se ao historicamente consolidado no serviço público, o estatutário (CFESS, 2005; MARTINS, 2012; DELGADO, 2016).

Em relação a essas profissionais que compõem a amostra, constatou-se o sentido revelado pela pesquisa do CFESS, de 2005, com as profissionais possuindo apenas um vínculo empregatício (CFESS, 2005; DELGADO, 2016; PRADA; GARCIA, 2017). No que cerne à carga horária de trabalho, ressalta-se que para estas profissionais, gira em torno de 40 horas a 30 horas. Em dois estudos, vê-se uma nítida prevalência da carga horária de 40 horas em relação à de 30 horas (CFESS, 2005; MARTINS, 2012). Já em outros dois estudos, os mais atuais, pode-se observar o contrário, a maioria das entrevistadas possuem a carga horária de 30 horas (DELGADO, 2016; PRADA, GARCIA, 2017). Sobre a remuneração, pode-se informar que os dados apontam para uma variação de faixas salariais de três a nove salários mínimos (CFESS, 2005) e de um a cinco salários mínimos (MARTINS, 2012; DELGADO, 2016).

Entretanto, estas questões cabem uma problematização. Sabendo que estes estudos particulares, a partir das realidades investigadas e dentro dos seus recortes de tempo, espaço e público-alvo, não podem conceber a realidade do perfil da profissional atual e, a partir da precariedade do mundo do trabalho, pode-se sugerir

que estas variáveis talvez não se sustentem ainda hoje e/ou em outros casos. Este trabalho, que analisa dados parciais e incipientes, não pode afirmar que todas as profissionais vivenciam essa realidade.

Por exemplo, na contemporaneidade, os trabalhadores, e aqui, inclui-se a assistente social, podem possuir vínculos fragilizados de trabalho, por meio de contratos temporários, da manutenção de mais de um vínculo empregatício por conta dos baixos salários e pela necessidade de subsistência e do não cumprimento das 30 horas, indicando uma intensificação de trabalho. Por isso, a análise das condições de trabalho destas profissionais não pode ser desvinculada das transformações societárias que ocorreram após as sucessivas crises do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou afirmar que as consequências advindas das recentes modificações do mundo do trabalho originárias da crise estrutural do capital, têm fortes incidências na vida dos trabalhadores, inclusive assistentes sociais, que sofrem os mesmos constrangimentos a que estão submetidos os demais.

O Serviço Social, profissão inserida na divisão social e sexual do trabalho, também é afetado pelas novas dimensões e manifestações da atualidade no que se refere a precarização do trabalho. Na contemporaneidade, este processo diz respeito à flexibilização dos direitos e à precarização das condições de trabalho e das sociabilidades individual e coletiva, manifestadas em graus e níveis diferenciados. Isto expressa-se através da desregulamentação do trabalho formal, do rebaixamento salarial, da intensificação do trabalho e do adoecimento com nexos laborais.

A tendência geral da contemporaneidade, materializada no aprofundamento da contrarreforma das políticas públicas, pelo corte e congelamento dos gastos nas áreas sociais e no desemprego em larga escala, incide na lógica da subordinação da venda da força de trabalho por qualquer tipo de trabalho. As assistentes sociais, sob este prisma, vivenciam um processo de “insegurança do trabalho”, ao passo em que há elementos que favorecem a desproteção dessas trabalhadoras, ao se submeter a condições de trabalho cada vez mais instáveis e de laços fragilizados.

Neste contexto, e, considerando a necessária articulação entre os temas das recentes mutações do mundo do trabalho e o processo de mercantilização da educação, tem-se que a formação profissional nos moldes atuais, se apresenta como fator impactante na construção da dimensão política do Serviço Social, favorecendo assim, a diluição das particularidades e especificidades profissionais. Garantir, portanto, um determinado perfil profissional alinhado com o projeto ético-político profissional, é um dos desafios impostos à atualidade.

De maneira geral, fica evidente que o momento presente põe esta e outras dificuldades para o fazer profissional da assistente social, as quais devem buscar constante qualificação para acompanhar a dinâmica e os desdobramentos provenientes da sociedade.

Os dados revelam a existência de alguns determinantes gerais provenientes das recentes mutações do trabalho – os quais incidem no trabalho profissional. Mas, por outro lado, relevam também que há uma manutenção de lógicas presentes desde a gênese do Serviço Social. Entretanto, é sabido que este mapeamento, que foi

realizado a partir de estudos parciais e focalizados, apresenta uma realidade aproximada, podendo possuir, desta forma, inconformidades quanto ao que se expõe na sociedade contemporânea.

Tentar capturar as múltiplas determinações que conformam o objeto de estudo significou atravessar um árduo percurso teórico-metodológico de resgate histórico. Neste sentido, aponta-se para as dificuldades impostas à pesquisa científica, dado o escasso aporte teórico de produções que discutam o mesmo objeto: perfil profissional. Portanto, as colocações feitas aqui ainda são apontamentos iniciais acerca de um tema que é urgente discutir no interior do debate profissional.

São bem-vindas, no aprofundamento desse debate, uma nova pesquisa do CFESS, que determine o perfil da assistente social na contemporaneidade, às vistas da década de 2020, permitindo uma comparação teórica com o documento de 2005, e produções que se dediquem a analisar o fazer profissional, como força de trabalho inserida na lógica capitalista e no processo de crise estrutural do capital, a qual sofre as tensões impostas por essa condição.

Mais que um ponto final, é necessário continuar os estudos e resistir frente ao ataque cotidiano de direitos sofridos pela classe trabalhadora e aqui expresso no perfil profissional da assistente social. A presente pesquisa significou a construção de uma fase importante no processo de maturidade intelectual da pesquisadora, sendo, dessa forma, a dimensão investigativa das ciências humanas e sociais bem como da profissão, o caminho para trilhar novos aprendizados e descobertas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p720>>. Acesso em: 11 set. 2021.

ALVES, F. B. S. **Projetos de Desenvolvimento Brasileiros: Governos Fernando Henrique Cardoso e Lula**. Rio de Janeiro, 2017. 46 p. Monografia (Bacharelado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BATISTA, D. B.; COELHO, M. I. S. **O debate da religião no serviço social: fundamentos e exercício profissional**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 2015.

BEHRING, E. R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. São Paulo: CFESS/ABEPSS, 2009.

BENINI, E. G. et al. Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00307>>. Acesso em: 22 out. 2021.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, v. 128, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.093>>. Acesso em 03 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo. **Globalização e Competição** (Capítulo 3), Rio de Janeiro: Campus-Elsevier: 75-94, 2009.

_____. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 2, p. 237-265, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/VbnpbwkmbRJCRCVr75zM8hc/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 set. 2021.

CAMARGO, M. A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. **Serv. Soc. Soc.**, v. 142, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.261>>. Acesso em: 07 out. 2021.

CASTILHO, D. R. LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>>. Acesso em 11 set. 2021.

CEOLIN, G. F. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 118, 2014.

CFESS. **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil do profissional. Brasília: CFESS, 2005.

CORRÊA, L. D.; REIDEL, T. Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos(as). **Temporalis**, n. 41, p. 136-154, 2021.

COSTA, R. G. O Fundo público e a superexploração do trabalho no Brasil. **Temporalis**, n. 34, 2017.

CRAVEIRO, A. V.; MACHADO, J. G. V. C. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 2011.

DELGADO, J. A. Relatório final da Pesquisa “**O trabalho do Assistente Social em Salvador**: contribuições para o debate atual”. MCTI/CNPq/MEC, UFBA, 2016.

DELGADO, J. A.; CARMO, C. R. **Uma nova geração de assistentes sociais**: possibilidades de análise sobre trabalho e formação profissional em Serviço Social na Bahia. Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), 2018.

FARAGE, E. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 140, p. 48-65, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.237>>. Acesso em: 22 out. 2021.

FELIPE, J. D. L. A.; QUEIROZ, F. M. A reestruturação produtiva e o trabalho das mulheres: uma análise crítica. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas** - Universidade Federal da Paraíba, n. 3, 2015.

FERREIRA, A. M. Capitalismo contemporâneo, crise estrutural e projeto educacional brasileiro: exigências de novo perfil de trabalhador. **Serviço Social em Perspectiva**, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2011.

GUIRALDELLI, R.; MACIEL, F. C. C.; FIGUEIREDO, K. A. **Perfil Profissional de assistentes sociais de Belo Horizonte (MG)**: subsídios para análise. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. n. 5, 2014 – Belo Horizonte: CRESS 6º Região, 2014.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, n. 13, pp. 595-609, 2007.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A questão social no capitalismo.** Brasília: Temporalis, n. 3, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, Segundo Trimestre de 2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 22 out. 2021

KERGOAT, D. **De la condition feminine aux rapports sociaux de sexes:** Repères pour l'évolution de la définition sociologique des catégories de sexe, Aix-en-Provence, 1984.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katál.** v. 13 n. 1 p. 66-75, 2010.

LOURENÇO, E. A. S. Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Serv. Soc. Soc.**, v. 123, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.032>>. Acesso em 07. out. 2021.

MACIEIRA, A. P. **A atual conjuntura política do Brasil após golpe de 2016 e os resultados para os direitos sociais.** Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20190718164356.pdf>. Acesso em 11. set. 2021.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 141, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176927>>. Acesso em: 11 set. 2021.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social:** elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social;** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. S. Paulo: Cortez, 1991.

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social:** do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

PINHO, C. E. S. Estado de bem-estar social e comunidades epistêmicas de austeridade fiscal no Brasil: de Lula da Silva a Jair Bolsonaro (2003-2020). **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 1, p. 195-2016, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136010010>>. Acesso em: 11 set. 2021.

PORTES, M. F. PORTES, L. F. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. **EM PAUTA**, n. 40, v. 15, p. 213-227, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2017.32748>>. Acesso em 08 nov. 2021.

PORTO, M. C. S. **Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo**: implicações para as políticas sociais. IV Jornada Internacional de políticas públicas - neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, 2009.

PRADA, T.; GARCIA, M. L. T. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, n. 129, p. 304-325, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.110>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SANT'ANA, R. S., et al. Expressões contemporâneas da crise estrutural da produção capitalista e seus rebatimentos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, n. 142, p. 357-365, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.254>>. Acesso em: 06 out. 2021.

SANTOS, V. M. Transformações societárias: repercussões no serviço social. **Rev. katálysis**, v. 23, n. 01, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p53>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

SERRANO, P. E. A.; MAGANE, R. P. A governabilidade de exceção permanente e a política neoliberal de gestão dos indesejáveis no Brasil, **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/rinc.v7i2.67686>>. Acesso em: 11 set. 2021.

SILVA, A. P. P. Racismo, sexismo, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial e de gênero nas políticas sociais. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018.

SILVA, I. M. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, v. 5, n. 16, p. 1478-1488, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n16.p1478-1488>>. Acesso em: 11 set. 2021.

SILVA, M. M. et al. Formação da classe trabalhadora em tempos de pandemia e crise do capital: a agenda dos aparelhos privados de hegemonia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00322>>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, S. A. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>>. Acesso em: 11 set. 2021.

SOUSA, R. M. **Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social**. Seminário Internacional - Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012.

SOUZA, M. B.; HOFF, T. S. R. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>>. Acesso em: 11 set. 2021.

TAVARES, M. S. Feminismo, gênero e serviço social: uma conexão possível e necessária. In: TAVARES, M. S; DELGADO, J (org.). **Serviço Social: sobre rupturas e continuidades**. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 127-154.

TEIXEIRA, C. F. S.; PAIM, J. S. A crise mundial de 2008 e o golpe do capital na política de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 42, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S201>>. Acesso em: 11 set. 2021.